

Angela Maria Gomes
(Organizadora)

**(In) Subordinações Contemporâneas:
Linguística, Letras e Artes**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
159	(In) Subordinações contemporâneas [recurso eletrônico] : linguística, letras e artes / Organizadora Angela Maria Gomes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-608-9 DOI 10.22533/at.ed.089190309 1. 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Artes. 3. Letras. 4. Linguística. I. Gomes, Angela Maria. CDD 407
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Incorporando as discussões e propostas da educação, no que abrange as ciências artísticas e da linguagem, (IN)subordinações Contemporâneas: Linguísticas, Letras e Artes traz em seu discurso reflexões em favor de uma educação voltada para a inclusão social e pelo reconhecimento e valorização da diversidade artística cultural, incluindo a brasileira. Tais reflexões foram embasadas a partir de, entre outras metodologias, levantamentos bibliográficos, estudos de caso, relatos de experiências e análise de obras literárias, de cinema e teatrais. Diretrizes Curriculares e a Base Nacional Comum Curricular também foram referendadas e analisadas.

Na linguagem, começando por com uma visão naturalista a qual defende que a mesma se desenvolveu e evoluiu com o passar do tempo, tal qual outros elementos naturais, formando assim uma ciência da linguagem pautada nas premissas do botânico Charles Darwin, aproximando as ideias naturalistas dos estudos linguísticos. Ainda sobre o tema, encontramos uma visão holística de como o educador pode lançar mão dos conhecimentos fonéticos e fonológicos em seu trabalho constante na sala de aula quando detectado em seus alunos dificuldades na aquisição e desenvolvimento da linguagem. Em análise do processo de produção textual, especificamente da evolução ocorrida entre a primeira e a última versão da produção de artigos de opinião, são aqui analisadas as principais dificuldades que surgem em relação à produção desse gênero do discurso. Investigam-se aqui as possíveis principais dificuldades que o aluno apresenta ao elaborar um texto argumentativo.

No campo das artes, vislumbramos desde estudos sobre danças e músicas regionais, reflexões sobre experiência de trocas e processos criativos para a gravação e posterior performance de trilha sonora autoral, até a proposta de utilização de aparatos tecnológicos como ferramenta educacional que oportuniza a inclusão de discentes sem conhecimento musical prévio e pouco contato com a linguagem musical tradicional. Outro ensaio também descreve os procedimentos utilizados em curso de extensão estruturado para a formação criativo-musical de crianças e discute o estímulo produzido partindo do potencial criativo dos alunos, relacionando domínios artísticos diversos (pintura, vídeo arte, literatura, vídeo game arte, quadrinhos...) e aplicando novas tecnologias para o ensino-aprendizagem de instrumentos de percussão. Ensino de artes e as suas ressonâncias na formação inicial de professores foram observadas sob a luz das Diretrizes e Referenciais Curriculares. Assim, esses são alguns dos questionamentos e desafios aqui colocados e refletidos para o ensino da arte contemporânea.

Outro tema aqui abordado: Inclusão Social, que tem sido alvo de muita propagação no cenário brasileiro desde a década de 1990. No contexto da educação de surdos, este processo é motivo de muitas polêmicas e discussões, uma vez que o Ministério da Educação lança políticas de uma educação para esse público direcionadas ao ensino regular. Já a comunidade surda se mantém em uma posição contrária a

essa, dando ênfase a uma educação específica para surdos, tendo como principal língua de instrução a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Na questão da inclusão, conjuntamente aqui, reflexões sobre o processo de disseminação de saberes sobre as minorias indígenas no cenário educacional brasileiro, um dos problemas que continuam a desafiar as políticas sociais, e a inclusão e aceitação da pessoa com síndrome de Down na sociedade. Os processos de desenvolvimento humano da pessoa com síndrome de Down estarão tanto mais próximos da efetivação dos direitos de cidadania quanto mais sua inclusão e aceitação na sociedade forem garantidas e defendidas.

Com o advento das Novas Tecnologias na Educação Brasileira, o tema não poderia deixar de ser contemplado. É preciso que ocorra a ruptura de padrões outrora estabelecidos, para que a escola e o professor desenvolvam papéis diferentes e a aula deixe apenas o modelo convencional e sejam trabalhadas novas metodologias. Entre outras, neste volume, analisa-se a possibilidade da utilização de aparatos utilizados no pré-cinema como forma de inserir as tecnologias na educação.

Dessa forma, esta coletânea objetiva contribuir de forma significativa para a reflexão conjunta e a conexão entre pesquisadores das áreas de Linguísticas , Letras e Artes - e de suas interfaces, projetando novos caminhos para o desenvolvimento socioeducacional, artístico e científico.

Angela Maria Gomes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCOLA NATURALISTA E AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM: DUELOS E DEBATES	
Daiany Bonácio Mariângela Peccioli Galli Joanilho	
DOI 10.22533/at.ed.0891903091	
CAPÍTULO 2	15
A MÚSICA NA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE AÇÕES MUSICAIS PARA PROFESSORES NÃO ESPECIALISTAS	
Patrícia Lakchmi Leite Mertzig Gonçalves de Oliveira André Luiz Correia Gonçalves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0891903092	
CAPÍTULO 3	31
A POLÊMICA DOS EFEITOS DE SENTIDO DO DISCURSO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL PARA ALUNOS SURDOS	
Marcos Roberto dos SANTOS	
DOI 10.22533/at.ed.0891903093	
CAPÍTULO 4	40
A SUBJETIVAÇÃO DOS SUJEITOS INDÍGENAS EM APARATO DIDÁTICO EM CIRCULAÇÃO NO CIBERESPAÇO	
Icléia Caires Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.0891903094	
CAPÍTULO 5	56
AINDA SOBRE A EDUCAÇÃO DO NÃO-ARTISTA: REFLEXÕES SOBRE UMA POSSÍVEL INICIAÇÃO À ARTE CONTEMPORÂNEA POR MEIO DE NÃO-FORMAS E SUA CONCEITUAÇÃO	
Italo Bruno Alves	
DOI 10.22533/at.ed.0891903095	
CAPÍTULO 6	67
ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA DOS DISCURSOS SOBRE 'ORIENTAÇÃO SEXUAL' NA BNCC: EXCLUSÃO E (É) PRECONTEITO?	
Luciene de Carvalho Mendes Isabela Candeloro Campoi	
DOI 10.22533/at.ed.0891903096	
CAPÍTULO 7	79
ARTE E CULTURA NAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA AS LICENCIATURAS	
Mirian Celeste Martins	
DOI 10.22533/at.ed.0891903097	

CAPÍTULO 8	90
ARTIGO DE OPINIÃO: ESTUDO DE CASO SOBRE ASPECTOS RECORRENTES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO TEXTUAL	
Mirian Celeste Martins Thaís Aparecida Burato	
DOI 10.22533/at.ed.0891903098	
CAPÍTULO 9	103
AS IDAS E VOLTAS DO ENSINO DA ARTE NO BRASIL	
Monica Rodrigues de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0891903099	
CAPÍTULO 10	115
BIOGRAFIA E MÚSICA NO CANDOMBLÉ	
Ferran R. Tamarit	
DOI 10.22533/at.ed.08919030910	
CAPÍTULO 11	126
CENTROS DE AUTOACESSO E AUTONOMIA DOS ALUNOS	
Tamires Miranda de Oliveira Italo Barroso Melo Walkyria Alydia Grahl Passos Magno e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.08919030911	
CAPÍTULO 12	137
COMPOSIÇÃO MUSICAL NO BOI TINGA EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA: HISTÓRIA E ANÁLISES MUSICAIS A PARTIR DO TROMPETE EM BB	
Rosinei Gilberto Rodrigues Monteiro Junior Everton Dalton Pereira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.08919030912	
CAPÍTULO 13	150
CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS FONÉTICOS E FONOLÓGICOS NA PRÁTICA DOCENTE: ALUNOS COM DESVIO DE FALA	
Jeislene Dutra Pouso Jackeline Aguiar Silva Sousa Michelle Fonseca Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.08919030913	
CAPÍTULO 14	162
DANÇAS REGIONAIS & <i>BALLET</i> CLÁSSICO	
Lucienne Ellem Martins Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.08919030914	
CAPÍTULO 15	174
ENSINO MUSICAL, DIVERSIDADE ARTÍSTICA E NOVAS TECNOLOGIAS: POR UMA (IN)ICIAÇÃO PERCUSSIVA (IN)TEGRADA E (IN)SUBORDINADA	
Ronan Gil de Moraes Léia Cássia Pereira da Paixão	

Lucas Fonseca Hipolito de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.08919030915

CAPÍTULO 16 186

ENTRE HETEROTOPIA E UTOPIA: DO REGIME DE ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO EM *O BALCÃO*, DE JEAN GENET

Nilda Aparecida Barbosa

Roselene de Fátima Coito

DOI 10.22533/at.ed.08919030916

CAPÍTULO 17 199

ESTUDO DA NARRATIVA ROSIANA EM “DÃO-LALALÃO”

Jacqueline de Sousa Miranda

Sílvio Augusto de Oliveira Holanda

DOI 10.22533/at.ed.08919030917

CAPÍTULO 18 214

LETRAMENTOS EM TEMPO DA COMUNICAÇÃO UBÍQUA NAS VOZES DOS GRADUANDOS DE LETRAS NA MODALIDADE À DISTÂNCIA

Albina Pereira de Pinho Silva

Wendell Camilo Deposiano

DOI 10.22533/at.ed.08919030918

CAPÍTULO 19 225

LITERATURA E INTERATIVIDADE NO CIBERESPAÇO: A POÉTICA INTERATIVA DE ZACK MAGIEZI

Camila Santos de Almeida

Daniela Silva Braga

Maryna Garcia Wagner

Larissa Cardoso Beltrão

DOI 10.22533/at.ed.08919030919

CAPÍTULO 20 233

MULHERES NOS ANOS DOURADOS: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DAS MULHERES, A PARTIR DO CORPO E DO TRABALHO, NA REVISTA JORNAL DAS MOÇAS, DA DÉCADA DE 50

Palmira Heine Alvarez

DOI 10.22533/at.ed.08919030920

CAPÍTULO 21 245

MULHERES SOB O OLHAR DOS ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA COM FOTOGRAFIA E ARTE

Carla Carvalho

Helen Rose Leite Rodrigues de Souza

Rosana Clarice Coelho Wenderlich

DOI 10.22533/at.ed.08919030921

CAPÍTULO 22 258

O PRÉ-CINEMA COMO RECURSO METODOLÓGICO DE INSERÇÃO DAS

TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Fabiane Costa Rego

Marcus Ramusyo de Almeida Brasil

DOI 10.22533/at.ed.08919030922

CAPÍTULO 23 270

PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO MUSICAL EM BOA VISTA – RR: PROJETO
SONS DE MAKUNAIMA NAS SALAS DE AULAS

Marcos Vinícius Ferreira da Silva

Beatriz Taveira de Moura Teixeira

Celso Lima

Leila Adriana Baptaglin

Rosângela Duarte

DOI 10.22533/at.ed.08919030923

CAPÍTULO 24 286

PROCESSOS CRIATIVOS E ARTIVISMOS FEMINISTAS ANTI-RACISTAS E
DECOLONIAIS DE ASÈ

Laila Rosa

Iuri Passos

Adeline Seixas

Brenda Silva

Daniela Penna

DOI 10.22533/at.ed.08919030924

CAPÍTULO 25 295

PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A OBESIDADE INFANTIL E GESTÃO
BIOPOLÍTICA: CORPO E (IN)SUBORDINAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Michelle Aparecida Pereira Lopes

DOI 10.22533/at.ed.08919030925

CAPÍTULO 26 306

SÍNDROME DE DOWN E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE DO FILME
“CITY DOWN A HISTÓRIA DE UM DIFERENTE”

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

Maria Aparecida Campos Diniz de Castro

DOI 10.22533/at.ed.08919030926

CAPÍTULO 27 325

SONORIZAÇÃO AO VIVO: O ACASO E A ATITUDE DE TATEAR NA CONSTRUÇÃO
SONORA DE A LUTA VIVE

Alexandre Marino Fernandez

Ricardo Tsutomu Matsuzawa

DOI 10.22533/at.ed.08919030927

CAPÍTULO 28 335

TEMPO E MEMÓRIA DE ENVIOS NA OBRA DE ELIDA TESSLER

Isabela Magalhães Bosi

DOI 10.22533/at.ed.08919030928

CAPÍTULO 29	346
TRILHAS - POR ONDE PISAM MEUS PÉS	
Andréa Luisa Frazão Silva	
Adriana Tobias Silva	
Monica Rodrigues de Farias	
Marcus Ramusyo de Almeida Brasil	
DOI 10.22533/at.ed.08919030929	
CAPÍTULO 30	360
VIBROACÚSTICA Y CREATIVIDAD “UNA EXPLORACIÓN EN ARTES A TRAVÉS DE LA EXPERIMENTACIÓN SENSORIAL”	
Lucía Noel Viera	
Alejandra Escribano	
DOI 10.22533/at.ed.08919030930	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	364
ÍNDICE REMISSIVO	365

PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A OBESIDADE INFANTIL E GESTÃO BIOPOLÍTICA: CORPO E (IN)SUBORDINAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Michelle Aparecida Pereira Lopes

Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade
Passos
Passos - MG

RESUMO: Este artigo inscreve-se no arcabouço teórico da Análise do Discurso francesa. Para tecer reflexões acerca da produção de sentidos sobre a obesidade infantil, considera-se o corpo do sujeito sob o jugo de um biopoder e de estratégias biopolíticas pautadas em valores eufóricos usados para promover o sentido do controle corporal. Por esse motivo, podemos dizer que o corpo do sujeito ocupa um espaço central nas discussões acerca das (in)subordinações contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Biopoder. Biopolítica. Corpo. Discurso.

PRODUCTION OF SENSES ON CHILDHOOD OBESITY AND BIOPOLITIC MANAGEMENT: BODY AND CONTEMPORARY (IN) SUBORDINATIONS

ABSTRACT: This paper is inscribed in the theory of French Discourse Analysis.

We elaborate reflections on childhood obesity and the production of her senses, we consider the body of the subject under the yoke of a biopower and biopolitical strategies based on euphoric values used to promote the sense of

body control. For this reason, we can say that the subject's body occupies a central place in the discussions about contemporary (in)subordination.

KEYWORDS: Biopower. Biopolitics. Body. Discourse.

1 | INTRODUÇÃO

Michel Foucault (1926-1984) é um dos filósofos mais lidos ao longo do século XX. Suas contribuições ultrapassaram a fronteira dos estudos filosóficos, de modo que podemos reconhecê-las nas discussões dos mais variados campos do saber. O arcabouço teórico-metodológico constituído por Foucault abarca conceitos e discussões pertinentes às análises de muitas temáticas contemporâneas, por isso seus ditos são, frequentemente, referência de pesquisas desenvolvidas não apenas na área da própria filosofia, como também da história, da sociologia e da crítica literária. O pensamento foucaultiano possui, ainda, intersecções com os estudos do discurso, aos quais se filia este texto. Aqui, apresentamos reflexões sobre o corpo do sujeito considerado o alvo de um biopoder, que procura subjugar-lo por meio de estratégias biopolíticas pautadas, sobretudo, pelos valores eufóricos da salubridade,

especialmente no que tange ao controle do peso corpóreo.

Na perspectiva foucaultiana, o corpo é a confluência do subjetivo e do social. Por assim ser, constantemente ao corpo impõem-se desde comportamentos considerados mais adequados ao convívio em sociedade – por exemplo, como se sentar, como se (com)portar em alguns espaços – até as ações que dizem respeito à subjetividade – usar o cabelo liso ou ondulado, tatuar o corpo ou não, praticar esportes, dentre tantos outros. Todo esse conjunto de ditos, aconselhamentos e regras vão se impondo de tal modo sobre os sujeitos contemporâneos que promove e afeta a produção de subjetividade, alterando as relações entre os sujeitos com os demais e com si mesmos.

Por outro lado, as tentativas de padronização do corpo também suscitam e despertam a resistência: nem todos os sujeitos se (com)portam conforme o que lhes é (im)posto. Nesse sentido, podemos dizer que o corpo do sujeito ocupa um importante espaço nas (in)subordinações contemporâneas.

Tal questão vem me instigando a desenvolver pesquisas a partir de 2014, quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Linguística, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), para cursar o doutorado. O objeto de estudo de minha tese foi o corpo feminino objetivado socialmente como obeso e ela foi defendida em dezembro de 2017, sob o título *Entre Pesos e Medidas: discursos sobre a silhueta feminina no Brasil (1901-2017)*. Minha tese originou, ainda, o e-book chamado *A Silhueta Feminina Entre Pesos e Medidas*, além de alguns capítulos de livros e artigos que tratam da mesma temática.

A teoria estudada durante o meu doutoramento continuou – e continua – respaldando minhas pesquisas posteriores à tese, por isso, este texto também se inscreve no arcabouço da Análise do Discurso francófona, especificamente nas reflexões de Michel Foucault e nos estudos de Jean-Jacques Courtine.

Lançando mão deste arcabouço, aqui apresento ao leitor uma análise discursiva de enunciados de 2019 da Campanha Nacional Contra a Obesidade Infantil, recortados de reportagens disponíveis online, no site da Associação Brasileira Para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO).

É bom esclarecermos que o objetivo das análises aqui apresentadas não é contradizer os ditos da medicina acerca dos malefícios da obesidade, tampouco para contestar os indícios científicos de seus efeitos sobre a saúde do sujeito; o intuito deste texto é observar a produção de sentidos sobre a obesidade, particularmente a infantil, evidenciando como esses sentidos vinculam-se ao biopoder, isto é, são elementos de um dispositivo de controle dos corpos, usado como estratégia biopolítica, na intenção de controlar o corpo social, por meio do controle que cada sujeito aprende a exercer sobre si mesmo.

2 | CORPO E DISCURSO

A Análise do Discurso, dita de origem francesa, emergiu na Europa nos anos finais da década de 1960. A emergência dessa teoria está relacionada, conforme Puech (2014), com a ânsia de fazer avançar a linguística moderna, promovendo nela a reintegração entre o sujeito falante e a história, “a história de uma exigência, de uma inquietude (aquela do discurso).” (PUECH, 2014, p. 08). Entre muitas discussões filosóficas, teóricas e acadêmicas que irrompiam na França, naquela época, Michel Pêcheux inquietava-se com o funcionamento do discurso na sociedade. Visando à compreensão da complexidade do discurso, elegeu-o como seu objeto de estudo; acreditando que por meio desse objeto apreenderia como os mecanismos de produção de sentido funcionam socialmente.

No mesmo íterim, Michel Foucault também observava o discurso, um dos temas centrais de seu trabalho. Na fase conhecida como arqueológica, o filósofo sonda a constituição dos saberes das ciências, dando ao discurso um tratamento bastante extenso, promovendo “uma análise discursiva” (CASTRO, 2009, p. 117), ou um esquadramento da construção das verdades que vieram a objetivar os sujeitos, sustentadas, espalhadas e estabelecidas como verdades, por meio do discurso.

A partir da visada arqueológica foucaultiana, Courtine (2013) nos ensina que é possível compreender o corpo como objeto do discurso, ou ainda tentar decifrar a história daquele por meio do desse. Assim, pontua:

O que se descobre no corpus dos manuais de fisiognomonia são enunciados possuindo propriedades formais particulares: as classificações. Constituí-las em termos de discurso implica não somente caracterizar as formas enunciativas, sintáticas ou retóricas que são as suas, mas implica igualmente inscrevê-las nestas longas séries de formulações, nesta memória discursiva dos corpos percebidos, que há tanto tempo a tradição fisiognomônica de interpretação dos indícios corporais estabelece. Mas, além disso, trata-se da vontade de reconstruir a rede dos discursos que lhe são afilhados: religar as leituras eruditas da aparência aos saberes populares da fisionomia, ou relacioná-las aos conjuntos de regras de conduta corporal que prescrevem ao mesmo tempo os livros de civilidade. (COURTINE, 2013, p. 56-57).

Por conseguinte, compreendemos que a história do corpo se construiu - e se constrói - pelo discurso, ou seja, tudo que já foi dito sobre o corpo, desde outrora até os dias de hoje, acabou cristalizando determinados modos de percebê-lo, de conceituá-lo e até mesmo de julgá-lo. Não obstante, “analisar os discursos [sobre o corpo] em tal perspectiva é efetivamente tentar reconstruir, para além das palavras, o regime dos olhares”. (COURTINE, 2013, p. 57).

Desse modo, a cada momento histórico, é a combinação entre o que se vê e o que se enuncia que norteia o olhar para o corpo, isto é, o discurso constrói um saber sobre o corpo e esse saber passa a direcionar nossos olhares ao mirarmos o corpo.

3 | DO CASTIGO À DISCIPLINA

A segunda fase dos estudos foucaultianos é conhecida como genealogia e nela o filósofo elabora uma análise minuciosa da relação inerente entre o discursivo e o não discursivo; para tanto, passa a descrever como se constituem os dispositivos, por exemplo, o disciplinar e o da sexualidade. Os estudos dessa fase advêm do fato de Foucault reconhecer que “faltava ao seu trabalho uma análise do poder” (CASTRO, 2009, p. 124).

Trata-se, assim, de posicionar o saber no âmbito das relações de poder e das lutas políticas, de modo que da articulação saber-poder, promove-se o desnudamento das verdades: essas nada mais são que fruto de construções históricas, alicerçadas em formações discursivas que lhes propiciaram as condições para que existissem. Dito de outro modo, os estudos da genealogia consideram o poder como a mola mestra da produção dos saberes e, por conseguinte, de subjetividades. É nessa perspectiva que podemos dizer que por trás de um saber instituído há sempre um poder sustentatório.

Conforme Danner (2010), o conceito de poder, na genealogia foucaultiana, diverge da concepção jurídica desse termo: não é a instância da lei, tampouco o direito originário cedido para se constituir a soberania, mas sim como aquilo que transpassa todo o corpo social e funciona por meio de conexões, ou em rede. Por isso, não se deve qualificar o poder como repressivo, ou apenas como cerceador, mas sim vasculhar a sua positividade, ou seja, o que faz com que ele seja aceito social e coletivamente, já que é dessa aceitação que as verdades vão se estabelecendo para, na sequência, promoverem as subjetividades.

No âmbito da genealogia, o corpo é considerado como o alvo do poder. Até o século XVI, por exemplo, o poder sobre a morte deixava o corpo morrer: era o martírio do inimigo, o corpo supliciado reforçava o poder do soberano. A partir do século seguinte, o poder sobre a morte foi sendo substituído pelo poder sobre a vida: o corpo corrompido pôde, desde então, permanecer vivo, mas não escaparia aos castigos. Até então, podemos considerar o controle sendo exercido sobre um indivíduo.

Em seguida, a vida biológica passará a se converter em um objeto da política a ser administrado, por isso mesmo, precisa ser normalizada. É quando o controle passa do âmbito do individual para o social. Para isso, o poder precisa ser (im)posto de modo mais racional: os valores eufóricos passam a ganhar ênfase, porque isso facilita o controle do corpo da população.

O temos a partir disso não é mais um indivíduo a ser controlado, mas todo o grupo social. Por conseguinte, o Estado cria uma série de intervenções e controles que regulam o corpo, amparando-se nos processos biológicos mantenedores da vida: uma administração biopolítica do corpo da população.

A velha potência da morte em que simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista

da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, **saúde pública**, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um “bio-poder”. (FOUCAULT, 2012, p. 152-154. Grifo nosso).

A administração biopolítica distingue-se dos modelos de poder tradicionais, justamente por se pautar pela positividade da vida: não mais os meios de punição, mas os de correção, isto é, as estratégias de transformação do comportamento que permitem ao sujeito o controle sobre seu corpo para a manutenção de sua própria vida. É nesse sentido que as estratégias biopolíticas se constroem por meio de biopoderes, considerados como uma tecnologia de poder, já que várias técnicas são usadas de uma só vez para se controlar toda população.

Para que isso seja eficientemente conseguido, as técnicas utilizadas pautam-se na proteção da vida, enfatizando, sobremaneira a regulação do corpo, no que tange à gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, das taxas de natalidade, dos costumes, por exemplo. Uma das estratégias é distinguir a salubridade da doença, divulgando, ao mesmo tempo, comportamentos e técnicas de normalização.

Tudo isso nos impele a compreender o corpo como uma instância política. O controle dos corpos recai pontualmente sobre o corpo de cada um dos sujeitos: o sujeito é responsável por controlar o seu corpo, controlando a si mesmo, porque disso depende o controle da população. Dessa maneira, o corpo precisa disciplinar-se.

4 | O CONHECIMENTO DO CORPO E O BIOPODER DA DISCIPLINA

Conforme nos ensina a genealogia foucaultiana, o poder se estabelece em rede e, sendo assim, é necessário que todos os pontos se alinhavam estrategicamente nela. Essa é a tarefa do discurso, dentro de um dispositivo de controle: “costurar” todos os pontos, de modo que o dispositivo possa vir a disseminar um saber, que será estabelecido como verdade.

Nessa perspectiva, consideramos que a emergência de uma gestão biopolítica está relacionada às questões que propiciaram um maior conhecimento sobre o corpo. Sobre isso, precisamos apontar duas questões, a saber: i) quanto mais as ciências médicas e as da saúde evoluem, mais o conhecimento produzido por elas também se dissemina; por meio do discurso promove-se a circulação dos sentidos na sociedade; ii) o avanço da compreensão sobre o funcionamento corporal pode ser tomado como estratégia biopolítica, pois à medida que se conhece o corpo também é mais fácil e mais possível ensinar a discipliná-lo. Isso quer dizer que biopoder e conhecimento do corpo imbricam-se, tanto pessoal quanto coletivamente.

Na esfera individual, é comum observarmos, em nossa contemporaneidade, por exemplo, que para uma parcela da população que dispõe de recursos particulares de

saúde qualquer sintoma, por menor que seja, pode disparar um check-up, cujos exames vasculham o corpo em seu mais profundo íntimo. No mesmo rol de preocupações com a saúde do corpo, podemos alocar, ainda, o controle acirrado dos pesos e das medidas do sujeito: hábitos como pesar o corpo diariamente, contar calorias de cada refeição, dentre outros, refletem um monitoramento constante do sujeito sobre si mesmo, ou seja, um efeito do discurso sobre a necessidade do controle do corpo.

Por outro lado, quanto mais as pesquisas genéticas evoluem, mais seus dados e suas estatísticas possibilitam estudos cada vez mais avançados sobre as populações. Isso dá ao controle político o respaldo necessário para lançar no coletivo as grandes campanhas ditas de conscientização, como exemplo, a campanha contra a obesidade.

Tanto no âmbito individual, quanto no coletivo, o discurso é a instância encarregada de promover a circulação dos ditos, de modo que o sentido do controle atinge desde o coletivo até o sujeito em sua particularidade.

Retomando o exemplo da campanha de conscientização contra a obesidade, podemos dizer que a partir do momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a considerar o fenômeno da obesidade do corpo como uma patologia, tal condição corporal passou a ser veementemente estudada, não apenas pela medicina, como também na nutrição, na genética, dentre outras áreas do conhecimento. Consequentemente, a produção do saber sobre a obesidade construiu a verdade sobre essa condição: o corpo obeso é um corpo doente. Assim, o sentido disfórico da obesidade passou a circular na sociedade, instaurando a necessidade do controle do peso, bem como divulgando hábitos e costumes para driblá-lo, como exemplo, o cálculo do índice de massa corporal (IMC) e muitos outros.

Ao mesmo tempo, o saber sobre a obesidade também apontou as várias consequências do excesso de peso corporal: a obesidade pode desencadear outras doenças como diabetes e hipertensão arterial. Esse conjunto de patologias tende a ser oneroso ao Estado, já que pode impactar demasiadamente os gastos com a saúde pública. Por conseguinte, ao Estado coube buscar estratégias para não se onerar, tentando, para isso, amenizar o crescimento dos índices de obesidade.

Contudo, o controle desses índices na população exige que cada um dos sujeitos controle a si mesmo. Para isso, as campanhas de conscientização acerca dos efeitos negativos da obesidade para a vida do sujeito são criadas e passam a ser divulgadas. Na sociedade, o sentido que tais campanhas produzem é o do controle do sujeito sobre si mesmo, pois depende dele – e de suas próprias escolhas alimentares, por exemplo – não se tornar um sujeito obeso. Por esse viés, o controle do peso do corpo é um biopoder, porque evitar a obesidade é manter a saúde, ou ainda, a vida.

O controle social passa não somente pela justiça, mas por uma série de outros poderes laterais (as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas; **a gestão dos corpos e a instituição de uma política da saúde**; os mecanismos de assistência, as associações filantrópicas e os

patrocinadores etc.) que se articulam em dois tempos: trata-se, de um lado, de constituir populações nas quais os indivíduos serão inseridos – o controle é essencialmente uma economia do poder que gerencia a sociedade **em função de modelos normativos** globais integrados num aparelho de Estado centralizado -; mas, de outro, trata-se igualmente de tornar o poder capilar, isto é, de **instalar um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo e a gerir sua existência**” (REVEL, 2005, p. 29-30. Grifo nosso).

Pela lógica do dispositivo foucaultiano, o controle sociopolítico da obesidade objetiva homogeneizar a sociedade e para isso, busca eliminar a diversidade, isto é, interditam-se as individualidades para favorecer o geral, ou ainda, todos os sujeitos devam ser exatamente como o Estado precisa e fazer pontualmente o Estado quer. Sem dúvida, a gestão do todo não só é mais fácil, como também, mais módica.

Em razão disso, ao Estado, é útil promover o sentido de que cada sujeito deve se conscientizar de sua responsabilidade sobre si mesmo. No que diz respeito à obesidade, o sujeito deve responsabilizar-se por seu próprio corpo, disciplinando-o, controlando o ganho de peso, praticando esportes, fazendo escolhas por alimentos considerados mais saudáveis. Por assim ser, é possível afirmarmos que na gestão biopolítica, a culpa pela obesidade atinge pontualmente o sujeito, de modo que os sentidos discursivamente produzidos são objetivadores – promover categorização - e produtores de subjetividades: sujeitos que se controlam, não apenas são saudáveis, como também responsáveis por si mesmos; sujeitos obesos, além de doentes, são também irresponsáveis consigo mesmos.

Desse modo, os sentidos produzidos são tal qual o veredito de uma sentença: sujeitos que fazem escolhas diferentes das ensinadas pelo Estado, tornam-se obesos, por isso mesmo são doentes e irresponsáveis. Quanto a isso, Anjos (2006) diz que a obesidade parece ser o reflexo de um estilo de vida que o sujeito escolheu. Entretanto, em uma gestão biopolítica, as escolhas individuais devem ceder espaço às do Estado.

5 | O CORPO E AS (IN)SUBORDINAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Para analisarmos o corpo contemporâneo sob o jugo das políticas de controle da obesidade, particularmente a infantil, resgatamos um pequeno trecho de um documento oficial, elaborado após a segunda edição da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida no Brasil em 2004.

O documento ratifica a criação da Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), como uma das ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, cujo intuito fosse promover modos de vida saudáveis que proporcionassem condições para que as pessoas pudessem exercer maior controle sobre a própria saúde. (BRASIL, 2006). O texto em questão pode ser lido em <www.saude.gov.br/alimentacao>.

O trecho para o qual chamamos a atenção é pequeno, todavia o sentido que

ele produz é notório, porque reforça a ideia do controle da saúde individual por meio do controle do sujeito sobre o próprio corpo. Esse sentido é reforçado, ainda, por duas outras questões que são: o enunciador do texto atua como se dominasse um saber que lhe autoriza falar em nome do Estado; por falar em nome do Estado, seus dizeres devem ser reconhecidos como lei. De 2004 até 2019, o sentido do controle não deixou de ser produzido, passando a atingir todas as faixas etárias, inclusive a infância.

Em 22 de abril de 2019, a página inicial do site da ABESO, cujo link de acesso é <<http://www.abeso.org.br/>>, traz uma reportagem intitulada *Todos podem ajudar a frear o crescimento da obesidade infantil*. Assinada por Juliana Sonsin e Lúcia Helena de Oliveira, a matéria expõe trechos de uma palestra ministrada pela endocrinologista pediátrica Louise Cominato, sobre a obesidade infantil, em um congresso da própria ABESO. O conteúdo da matéria associa a obesidade infantil ao sedentarismo promovido, entre outros fatores, pelo uso de celulares e computadores. Da reportagem, recortamos três enunciados, numerados conforme a ordem em que apareceram no texto original:

E1: *“Todos os que atendem crianças e adolescentes deveriam calcular o seu IMC”*.

E2: *(...) chamou a atenção para o estilo de vida — uma vida um tanto virtual, pena — que a meninada leva hoje em dia.*

E3: *(...) há casos que, mesmo na infância, precisam ser tratados com remédios e, mais raros, até mesmo com cirurgia bariátrica — no caso, indicada para pacientes acima de 16 anos, em que nada mais funcionou e que apresentam condições cognitivas e psicológicas favoráveis.*

Inicialmente, destaquemos que, de modo geral, o que se vê e o que se enuncia sobre a obesidade infantil não foge ao que se vê e ao que se enuncia sobre a obesidade de outras faixas etárias: crianças com excesso de peso, assim como adultos, são pessoas doentes. Por conseguinte, o texto em análise insere-se no regime de olhares que condena a obesidade do corpo. Como diria Veyne (2008, p. 46), “os discursos são os óculos através dos quais, em cada época, os homens perceberam toda coisa, pensaram e agiram”.

O E1 funciona como o subtítulo da matéria, destacando-se do texto pelo tamanho da letra. Ele está entre aspas porque é uma citação direta, ou seja, foi dito, exatamente do modo que aparece, pela palestrante. O uso do discurso direto, nesse enunciado, produz o efeito da verdade: por se tratar da fala de uma endocrinologista pediátrica; pressupõe-se que ela domine um saber sobre a obesidade, logo o seu dizer legitima-se como a verdade a ser tomada seguida. De certo modo, o efeito da verdade produzido pelo uso da citação direta aloja a reportagem no regime dos olhares condenatórios da obesidade, inclusive a infantil.

Da materialidade linguística que compõe o enunciado E1, destacamos a palavra

todos. Esse pronome produz o efeito do controle permanente do individual sobre o coletivo, quanto à obesidade infantil, ou seja, quando o sujeito obeso é uma criança, é possível que ele não saiba, ou não consiga, reconhecer em si mesmo a obesidade, por isso, qualquer um que o atenda, ou mesmo que conviva com ele, deve esforçar-se para lhe mostrar isso. Tudo isso remete a vigilância da obesidade infantil a uma espécie de controle panóptico, no qual todos são controlados, mesmo quando não são capazes de reconhecer isso.

Ainda, da materialidade linguística, chamamos atenção para o sintagma *deveriam calcular o seu IMC*. O cálculo do IMC é ainda é apontado como um dos procedimentos que podem indiciar a obesidade. Tal procedimento estabelece-se no interior do dispositivo de controle do peso do corpo como uma prática não discursiva, apesar de ser discursivamente recomendada.

Em relação a E1, algumas questões precisam ser levantadas. O uso do pronome possessivo de terceira pessoa – *seu* – no final do enunciado promove a ambiguidade: o cálculo do IMC tanto pode ser da criança e do adolescente, quanto também pode ser de quem os atende. Ainda que estilisticamente a ambiguidade não seja bem vista, aqui ela pode reforçar o sentido do controle, porque calcular o IMC vale para todos, não apenas para os atendidos, como também os que atendem. Há ainda, um deslizamento do sentido promovido pelo verbo *atendem*: os que *atendem* podem não ser necessariamente membros de uma equipe médica, mas também os próprios pais, os responsáveis, os professores, ou ainda, qualquer um que conviva com a criança e o adolescente.

Além disso, é necessário considerarmos que o cálculo do IMC já não é mais o único procedimento adotado na detecção da obesidade. Há certo consenso entre profissionais da medicina, da medicina e até mesmo do esporte, que o IMC não pode ser tomado de forma isolada, visto que há diversas variantes para determinar se o excesso de peso é, de fato, patológico.

Ainda, a divulgação de enunciados que incitam o cálculo do IMC pode ser desencadeador de condutas que podem vir a comprometer a saúde, não apenas física, como também emocional, de crianças e adolescentes. Sabemos que se trata de um cálculo fácil, bem como há muitos sites na internet em que basta se lançar o peso e a altura para que o IMC seja calculado. Os mesmos sites trazem também as tabelas com os valores que podem indicar a obesidade. Tudo isso pode agravar, por exemplo, a incidência dos transtornos alimentares entre os adolescentes. Segundo Bryant-Waugh & Lask (1995), os primeiros traços de transtornos alimentares, do tipo bulimia e anorexia, tendem a se manifestar, inicialmente, na infância e na adolescência.

Considerando-se o E2, em que a expressão *estilo de vida* aparece, podemos compreender que o sentido produzido é o da escolha, ou ainda, que o modo como o sujeito escolhe viver impacta vertiginosamente sua condição corporal, como se a obesidade fosse apenas uma questão de mudanças nos hábitos. Na verdade, ainda que a obesidade possa ser efeito de uma vida mais sedentária, isso não é a verdade

para todos os obesos. Há muitos obesos que praticam atividade física, do mesmo modo, há pessoas – e crianças – que não praticam atividade física e não são obesas. Por se tratar de um fenômeno complexo, não se deve afirmar que unicamente a atividade vá resolver a obesidade infantil.

Conforme Courtine (2013, p. 59), como o discurso, “atravessa e religa uma pluralidade heterogênea e disseminada de campos do saber e de regimes de práticas”, no interior do dispositivo de controle do corpo, várias práticas não discursivas são instauradas. Do mesmo modo que o cálculo do IMC é incitado a ser utilizado para se detectar a obesidade, já desde a infância, outras técnicas também são ensinadas como soluções para a obesidade. As práticas são dos mais variados estilos: a prática de atividade física, as dietas e, até mesmo, os *remédios* e a *cirurgia bariátrica*.

Essas duas últimas técnicas que citamos compõem significativamente o E3. O enunciado em questão trata dos casos em que a obesidade infantil torna-se um problema crônico, a ser vencido apenas por meio de práticas consideradas mais agressivas e/ou invasivas: os *remédios* e a *cirurgia bariátrica*. O enunciador deixa implícito que considera que tais técnicas devam ser consideradas apenas para alguns casos, no entanto, não explicita exatamente porque em alguns casos tais técnicas são recomendadas. Por conseguinte, sentido produzido pode ser o do medo, isto é, para afastar a possibilidade da ingestão de remédios, ou de uma cirurgia, convém adotar um estilo de vida mais saudável. Por outro lado, remédios e cirurgia bariátrica também podem passar a ser encaradas como curas milagrosas para a obesidade.

Amparando-nos nas análises discursivas dos enunciados acima, podemos inferir que, em se tratando de obesidade infantil, o Estado lança mão do biopoder, ou seja, de uma tecnologia de poder baseado nos valores eufóricos da saúde para a manutenção do controle sobre o sujeito, por meio do controle de cada um sobre si mesmo e pelos demais à sua volta, quando esses são crianças e adolescentes.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto foi escrito considerando-se o viés foucaultiano de uma Análise do Discurso francesa. Para Michel Foucault, o corpo é também um objeto político, porque nele convergem as instâncias do pessoal, do coletivo e do poder. A partir dos apontamentos foucaultianos, Jean-Jacques Courtine nos apresentou o corpo como objeto do discurso, por meio desse, aquele se marca e é marcado. Aqui, apresentamos o discurso sobre a obesidade infantil tal qual a sutura entre os pontos de um dispositivo de controle que visa ao controle do corpo do sujeito para que esse não se torne oneroso para o Estado.

Nesse sentido, a adoção do biopoder na gestão biopolítica implica o uso de estratégias que promovam os valores eufóricos da vida, de modo que o poder possa ser mais facilmente exercido. Dos documentos oficiais, o saber sobre a obesidade

passa a ser o alvo das discussões e também da preocupação coletiva. As campanhas de conscientização servem ao Estado como uma tecnologia de poder, já que apresenta conhecimentos e ensina técnicas capazes de ensinar ao sujeito que o controle da saúde da população depende, em grande medida, do controle de cada um sobre seu próprio corpo. O poder é exercido pela positividade, porque contrariá-lo é tal qual escolher a doença e não a vida.

REFERÊNCIAS

ANJOS, L.A. dos. **Obesidade e saúde pública**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. Coleção Temas em Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Obesidade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Cadernos de Atenção Básica, n. 12. Série A. Normas e Manuais Técnicos.

BRYANT-WAUGH R, LASK, B. Childhood-onset eating disorders. In: BROWNELL KD, FAIRBURN CG, editors. **Eating disorders and obesity: a comprehensive handbook**. New York: The Guilford Press; 1995. p. 183-187.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Muller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COURTINE, J-J. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

DANNER, F. **O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault**. Revista Estudos Filosóficos, DFIME – UFSJ - São João Del-Rei-MG, nº 4 /2010 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967, p. 143-157. Disponível em <<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>> Acesso em 20 de jun. de 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

LOPES, M.A.P. **A silhueta feminina entre pesos e medidas**. Araraquara, SP: Editora Letraria, 2018. E-Book. ISBN 978-85-69395-23-2. Disponível em < <https://www.letraria.net/a-silhueta-feminina/>> Acesso em: 23 de jun. de 2019.

PUECH, C. A emergência da noção de discurso na França: Foucault e Pêcheux leitores de Saussure. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (Orgs.). **Presenças de Foucault na análise do discurso**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

VEYNE, P. **Foucault: O pensamento a pessoa**. Tradução: Luís Lima. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Lda. 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do Discurso 1, 31, 40, 41, 44, 54, 69, 78, 295, 296, 297, 304, 305

Argumentação 90, 91, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 109, 112, 152

Arte 16, 17, 18, 19, 21, 22, 29, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 121, 122, 166, 172, 174, 177, 179, 180, 181, 182, 185, 206, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 267, 268, 269, 280, 282, 284, 285, 324, 326, 328, 330, 331, 333, 334, 335, 336, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 353, 355, 356, 357, 358, 361, 362, 363

Arte Contemporânea 56, 57, 58, 59, 62, 65, 333

Artes Integradas 174, 176, 177, 178, 184

Artes Visuais 16, 18, 56, 58, 59, 66, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 183, 185, 264, 269, 270, 277, 278, 345, 346

Artigo de Opinião 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101

B

Base Nacional Comum Curricular 67, 69, 71, 73, 75, 78, 104, 108, 110, 114

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 67, 69, 108

C

Ciberespaço 40, 41, 46, 49, 51, 52, 217, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 231, 232

Ciência Linguística 1, 2, 6, 7, 8, 9, 12, 13

Cultura 21, 24, 32, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 69, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 107, 116, 118, 121, 122, 123, 126, 131, 133, 137, 142, 149, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 185, 189, 192, 212, 213, 218, 219, 221, 224, 255, 258, 262, 264, 272, 274, 275, 277, 284, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 308, 332, 335, 336, 337, 356

D

Danças Regionais 162, 166, 167, 169, 170, 171, 172

Diretrizes Curriculares 19, 29, 79, 80, 89

Discurso 1, 2, 11, 12, 13, 14, 31, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 78, 90, 101, 123, 159, 191, 198, 217, 220, 221, 222, 223, 233, 234, 235, 236, 241, 242, 243, 244, 295, 296, 297, 299, 300, 302, 304, 305

E

Educação Bilíngue 31, 34, 35

Educação Inclusiva 31, 32, 34, 36, 37, 38, 323

Educação Musical 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 174, 184, 270, 273, 276, 280, 282, 283, 284

Ensino de arte 56, 57, 62, 105, 107, 114, 258, 346, 348

F

Formação de professores 15, 16, 20, 29, 78, 79, 107, 215, 216, 218

Formação docente 87, 109, 219, 221

G

Guia didático 40, 41, 42, 46, 47, 54

H

Hipertexto 217, 225, 226, 228, 232

I

Inclusão Social 31, 224, 261, 283, 308, 319, 320, 321, 324

Indígena 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 117, 271, 277

Interdisciplinaridade 80, 81, 86, 264, 270, 277, 283, 324

L

Linguagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 33, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 66, 68, 69, 76, 77, 83, 84, 89, 105, 107, 109, 111, 124, 129, 136, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 172, 179, 189, 200, 207, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 226, 227, 234, 235, 236, 263, 264, 270, 280, 287, 291, 308, 340, 346, 349, 355, 357, 358

M

Materiais alternativos 268, 270, 276, 277, 283

Música 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 132, 138, 139, 145, 146, 147, 148, 162, 166, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 197, 260, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 292, 293, 294, 311, 326, 327, 332, 356, 360, 361, 362, 363

N

Naturalismo 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13

Novas tecnologias 40, 46, 163, 174, 177, 178, 184, 185, 228, 260, 261, 268, 269

O

Orientação sexual 67, 68, 69, 75

P

Pedagogia 16, 18, 19, 20, 35, 70, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 88, 89, 136, 219, 222, 293, 318

Pedagogo 15, 16

Poesia 84, 163, 225, 256, 353

Professor 15, 16, 19, 20, 26, 27, 28, 30, 33, 70, 88, 92, 95, 102, 106, 107, 112, 120, 132, 133, 159, 202, 219, 221, 222, 223, 224, 258, 260, 262, 263, 267, 277, 280, 282, 284, 353, 355, 357, 358

Professor pedagogo 15

S

Subjetividade 38, 40, 45, 52, 53, 176, 198, 206, 296

T

Teoria social do discurso 67, 68, 69

 **Atena**
Editora

2 0 2 0